

DE DEZEMBRO DE 2022 A FEVEREIRO DE 2023: os 90 dias que marcarão o nosso futuro.

Grupo de Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹
20 de março de 2023.

1 – Introdução

Todo início de ano traz consigo a ideia de renovação de ciclos e de tempos nas mais variadas culturas. É quase certo que, em alguns casos, há alguns períodos em que, de tão distintos, a história de um povo e de uma nação ganha uma velocidade e proporciona uma série de mudanças submetidas aos mais diversos pontos de vistas, mas, da mesma forma, exige que forcemos o olhar para que não haja muitos pontos cegos. É com esse espírito que iniciamos o ano de 2023, com o olhar sobre o que aconteceu nos últimos meses (dezembro de 2022, janeiro e fevereiro de 2023), em tese os cerca de 90 dias em que o Brasil e o mundo estão submetidos a uma época e a um conjunto de cenários que marcarão o nosso futuro. A sensação é que, nas próximas décadas, especialmente no caso brasileiro, haverá uma marca na linha do tempo, assim como foi, por exemplo, o ano de 1964 ou o ano de 1985, ou ainda o de 2013. E, no mesmo sentido, com os olhos sobre o presente vamos tentar oferecer alguns dos aromas do futuro.

2 – Um mundo em convulsão

Estamos diante de uma crise econômica, social, cultural, política e ambiental sem precedentes. Se o novo, para nascer, tem que aguardar o velho sucumbir, é bem provável que estejamos diante de uma exceção: os dois estão convivendo ao mesmo tempo!

A guerra na Ucrânia e em diversos lugares do mundo acabou por se transformar, na dicção do Papa Francisco, em uma guerra mundial em pedaços². Os recursos híbridos fazem do tiroteio apenas mais um trágico detalhe. Há “bombardeios cibernéticos” (roubo de informações e fraudes em sistemas operacionais), difusão de informações falsas e conflitos armados de tão baixa escala quanto letais para as populações, para a Criação e para a paz mundial.

Além da Europa, pelo menos outros 28 países passam por conflitos ou registram combates armados em 2022. A informação é do Projeto de Dados de Localização e Eventos de Conflitos Armados. Países como Iêmen, Nigéria, Síria, Mianmar e Somália

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio.

² “Há alguns anos, ocorreu-me dizer que estávamos vivendo uma Terceira Guerra Mundial em pedaços. Agora, para mim, a Terceira Guerra Mundial foi declarada. E este é um aspecto que deve nos fazer refletir. O que está acontecendo com a humanidade que teve três guerras mundiais em um século?”, disse Francisco de acordo com a transcrição desta conversa publicada pelo jornal “La Stampa”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619519-o-papa-afirma-que-a-terceira-guerra-mundial-foi-declarada-e-que-o-conflito-na-ucrania-talvez-tenha-sido-provocado>. Acesso em 08 mar 2023.

lideram esses registros, além da Ucrânia, com milhões de refugiados, migrantes e vítimas civis³.

Os cenários mundiais apontam para uma alteração, cada vez mais evidente, de um parto de um outro mundo multipolar, em que a visão norte-americana (hegemônica, incontida, moralista e imprudente) já deixou de soar como importante ante aos avanços da China e de outras potências regionais, especialmente a Rússia no continente europeu. E o início de 2023 trouxe consigo uma dinâmica geopolítica que ampliou as tensões de novas batalhas pelos mesmos velhos motivos: economia, território, tecnologia e terror.

Já no campo econômico, grande parte da economia global terá um ano de 2023 difícil, uma vez que os principais motores do crescimento global – EUA, Europa e China – experimentarão enfraquecimento da atividade. Em outubro do ano passado, o FMI reduziu sua perspectiva para o crescimento econômico global em 2023, refletindo o arrasto contínuo da guerra na Ucrânia, bem como as pressões inflacionárias e as altas taxas de juros engendradas por bancos centrais como o *Federal Reserve* dos EUA, embora recentemente tenha revisto tais previsões⁴. Já a China, a segunda maior economia do mundo, provavelmente crescerá igual ou abaixo do crescimento global pela primeira vez em 40 anos, à medida que os casos de Covid-19 aumentam após o desmantelamento de sua política ultra rígida de Covid zero⁵.

A desigualdade social se alastra em diversos cantos do planeta e se reflete em precariedade das condições de trabalho, fome, racismos, doenças, guerras e migrações forçadas dos pobres da terra. Os números da imigração no mediterrâneo, quase sempre em direção à Itália e, em muito menor grau a Malta, são espantosos⁶, aumentam a pressão sobre os países e exigem mais que solidariedade.

Como se não bastassem as epidemias que já conhecíamos, a partir do fim de 2019, a pandemia da COVID-19 assolou todo o mundo. Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada⁷. É um momento de sindemia⁸, em que a humanidade é assolada por ameaças permanentes, em especial aos mais vulneráveis.

O mundo também enfrenta uma crise da democracia representativa. No coração da teoria e da prática democrática estão o respeito pela dignidade individual, pela liberdade e pelos direitos humanos. Entretanto, entre os mais graves erros das democracias neste século, mas que vem desde a Guerra Fria, está a percepção equivocada de que a dignidade individual, a liberdade e os direitos humanos se dão sob o prisma de

³ Disponível em <https://acleddata.com/curated-data-files/>. Acesso em 10 abr. 2022

⁴ Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/02/12/economia-global-ensaia-deixar-onda-de-pessimismo-para-tras.htm>. Acesso em 17 mar. 2023.

⁵ Disponível em <https://www.theguardian.com/business/2023/jan/02/third-of-world-economy-to-hit-recession-in-2023-imf-head-warns>. Acesso em 08 mar 2023.

⁶ Em agosto de 2022, foram identificados quase 680 000 migrantes de mais de 41 nacionalidades pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) na Líbia. 89 % dos migrantes na Líbia são adultos e 11 % são crianças. A maioria dos migrantes provém do Níger, do Egito, do Sudão, do Chade e da Nigéria. Disponível em https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1461/files/reports/DTM_Libya_R43_Migrant_Report.pdf. Acesso em 08 mar 2023.

⁷ Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40590>. Acesso em 08 mar 2023.

⁸ Sindemia vem do conceito de “sindemia global” (apresentado em 2019 em relatório comissionado pelo *The Lancet*, conforme matéria disponível em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/A-sindemia-global-na-perspectiva-brasileira>). Acesso em 08 mar 2023. Ela se refere à combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as três decorrentes, principalmente, do sistema agroalimentar global, além de outros fatores sociais em comum. Usamos o conceito para incluir outros fenômenos de saúde, em que as pandemias vêm associadas a diversos novos fenômenos, como a recente da Covid-19, ou de outras relativas à saúde mental, como a depressão e as síndromes de pânico.

cada um e não das sociedades como um todo. Não se deram conta que fatores como as desigualdades, a falta de oportunidades econômicas para todos e as corrupções, dentre tantos outros elementos, são estruturas que impactam diretamente as percepções sobre estas mesmas democracias.

Houve um incremento das tecnologias digitais e de uma infocracia⁹ que também não receberam muita atenção das democracias em todo o mundo. Em grande medida, o uso perigoso desse conjunto acabou por ter um papel destacado no recrudescimento de governos autocráticos e de movimentos autoritários cada vez mais atuantes, a partir de estratégias de desinformação e outras formas de manipulação das informações, somadas ao discurso de ódio e propaganda em um tempo que os *smartphones* e as plataformas digitais transformaram completamente a comunicação humana.

Cada vez mais as eleições estão polarizadas e quase todas as sociedades estão divididas. Não há projetos de uma nova sociedade à disposição e a política vem perdendo o seu encantamento. O medo e a insegurança dos setores médios da população jogam ao debate político os temas morais e a religião. Ao ocupar um lugar cada vez mais central nas eleições, esta divisão da sociedade se manifesta também na Igreja Católica e em outras importantes tradições religiosas.

Na nossa região, a democracia vem sofrendo diversas turbulências. Desde casos mais extremados, como a Venezuela e sua tragédia humanitária sem proporções, como a agudização do autoritarismo na Nicarágua, como frente aos desafios de governantes de países tão importantes como o Chile e o Equador, além dos novos processos eleitorais em curso na Argentina e um pouco mais adiante no Uruguai e no México, são tensões que apontam para uma situação de instabilidade e de pouca solução dos graves problemas dos povos de nossa Ameríndia. O caso nicaraguense, após os fatos mais recentes, foi classificado, pelo Papa Francisco, como “uma ditadura grosseira”¹⁰.

O processo eleitoral brasileiro de 2022, entretanto, impactou no reordenamento geopolítico global e regional. A vitória de Lula, além de trazer o Brasil de volta ao cenário internacional, deve ser entendido como uma importante superação dos ataques autoritários a que os processos eleitorais estão submetidos, ao menos por hora. Para além do personagem eleito e da aliança dos partidos que lideraram o resultado do pleito brasileiro do ano passado, e com todos os riscos a que fomos submetidos, o fato das eleições nacionais terem confirmado o resultado das urnas deu um fôlego democrático em uma quadra absolutamente difícil, com profundo respeito ao princípio da soberania do voto popular.

Talvez, das lições desse processo, a mais evidente é que o fortalecimento da democracia, com especial destaque para os direitos humanos, de normas e práticas anticorrupção e de um compromisso determinado e inadiável com a superação das questões sociais e ambientais, ao lado da afirmação de uma permanente democratização, não é tarefa apenas das autoridades, mas de toda a sociedade, suas instituições e de todos os seus cidadãos.

Por fim, a crise ambiental avança e se aprofunda gerando eventos extremos em todo o mundo, o que amplia o drama social dos atingidos. Apesar disso e da mobilização mundial, não está sendo fácil mudar os padrões de relação da economia com a natureza

⁹ Infocracia é um conceito do filósofo Byung-Chul Han. Para ele a digitalização do mundo muda radicalmente a nossa percepção. Ficamos embriagados de comunicação e informação que desencadeiam forças destrutivas e leva às fraturas e disrupções massivas no processo democrático. Na infocracia as informações são utilizadas como armas por meio de uma propagação viral: a infodemia. Ver HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 25-46.

¹⁰ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626855-ditaduras-grosseiras-francisco-comparao-governo-da-nicaragua-com-as-ditaduras-comunista-e-hitlerista>. Acesso em 17 mar. 2023.

ou os padrões de consumo – exagerado – dos mais ricos, o que amplia a crise ambiental. O Brasil aparece no centro do debate mundial por sua contribuição à devastação ambiental e pelo potencial que tem de ser parte relevante da solução da crise ambiental.

3 – Os desafios brasileiros

Recebemos de 2022 uma realidade brasileira bem complicada. Muitas e severas sequelas da crise econômica causada pela pandemia afetaram a vida dos brasileiros. Quase 281 mil brasileiros viviam em situação de rua (38% a mais que em 2019)¹¹. Quase metade das crianças menores de 14 anos viviam abaixo da linha da pobreza, segundo o IBGE. A fome se espalhou, sobretudo no ano passado, com o vaivém do auxílio emergencial e com o nosso modelo socioeconômico que nos coloca na situação paradoxal de ser, ao mesmo tempo, um país entre os maiores produtores mundiais de alimentos e um lugar em que a fome e a insegurança alimentar têm maior frequência na população. Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave¹².

O número de jovens “nem-nem”, ou seja, que não estudam nem trabalham aumentou durante a pandemia. Em 2021, a quantidade de brasileiros de 15 a 29 anos nesse cenário equivalia à população da cidade de São Paulo. Entre países da OCDE, o Brasil teve o terceiro maior percentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudavam nem estavam ocupados em 2020, logo atrás da África do Sul e Colômbia¹³.

E, para piorar, a parcela de brasileiros endividados, conforme o Serasa, era de 68,4 milhões, em setembro de 2022. Um ano antes, eram 6 milhões de endividados a menos. No terceiro trimestre de 2022, 40% dos trabalhadores brasileiros estavam na informalidade, levando em conta trabalhador privado, empregado doméstico, servidor público e por conta própria sem CNPJ. O rendimento domiciliar *per capita* médio mensal diminuiu em todas as faixas de renda entre 2020 e 2021. Entretanto, essa tendência afetou mais a parcela mais pobre da população, que perdeu um terço da renda. Em 2020, o rendimento dos 10% que recebiam menos caiu de R\$ 138 para R\$ 94 no ano seguinte. Já entre os 10% mais ricos, diminuiu de R\$ 6 mil para R\$ 5,8 mil – uma diminuição de apenas 4,5%.¹⁴

A economia brasileira patina, em grande parte devido às altas taxas de juros definidas pelo Banco Central, conforme reconhecido inclusive pela grande mídia¹⁵.

¹¹ Disponível em [https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-il#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou.Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20\(Ipea\)](https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-il#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou.Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20(Ipea).). Acesso em 11 mar. 2023.

¹² Fonte: Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasileiros%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome>. Acesso em 12 mar. 2023.

¹³ Disponível em <https://rhpravoce.com.br/redacao/geracao-nem-nem-cresce-no-brasil-como-mudar-isso/#:~:text=%C3%89%20essa%20a%20realidade%20de,gera%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%9Cnem%20Dnem%E2%80%9D>. Acesso em 11 mar. 2023.

¹⁴ Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (Ipea), Síntese de Indicadores Sociais (IBGE), Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil (Serasa) e Pnad Contínua (IBGE).

¹⁵ Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/correio-braziliense-indicador-do-banco-central-mostra-que-pib-brasileiro-perde-folego/>. Acesso em 17 mar. 2023.

Depois de muita negociação nos primeiros meses, a questão da reoneração dos combustíveis chegou a uma solução: a combinação de reoneração parcial da maior parte da redução, ao mesmo tempo em que, aproveitando que preços atuais gasolina no país estão acima do mercado internacional, temos uma redução no preço da refinaria. O resultado é um aumento de uns 0,33% no IPCA (ao invés de uns 0,69%). Como a variação do IPCA em 12 meses vinha desacelerando por conta dos alimentos, mesmo com uns 0,90% em março, a variação em 12 meses cai para cerca de 4,75%, ou seja, no limite superior da meta de inflação (centro de 3,25 e uma banda de 1,50). Nos próximos meses a variação (12 meses) deve desacelerar e poderá chegar próxima de centro da meta em junho.

Nos meses de julho/agosto/setembro de 2022, com a redução do ICMS (nos combustíveis e energia elétrica) e a desoneração dos tributos federais, tivemos deflação. Assim, o IPCA fechou o ano passado em 5,79%, percentual bem menor que o de 2021 (10,06%), mostrando que a redução da inflação decorreu da desoneração e queda dos preços de combustíveis e energia, e não pela prática de uma alta de juros pelo Banco Central, o que tem causado a grave estagnação econômica brasileira, com a anormal e preocupante queda de 0,2% no PIB do quarto trimestre de 2022.

Apesar da queda da inflação, do elevado superávit primário em 2022 (R\$ 126 bilhões¹⁶), do vultoso saldo de R\$ 1,6 trilhão da Conta Única do Tesouro¹⁷, e dos sucessivos recordes de arrecadação federal (com alta real de 8% em 2022), o mercado financeiro cobra a edição da “Nova Regra Fiscal” para que os juros possam cair. Porém, a inflação no Brasil não tem sido causada por uma suposta demanda aquecida, mas sim por preços administrados pelo próprio governo (como combustíveis e energia elétrica) e preços de alimentos, que não caem com a alta de juros.

Para de fato combater a inflação brasileira, seria muito mais eficaz revogar o “Preço de Paridade de Importação” praticado pela Petrobras desde 2016, que define os preços de combustíveis como se não produzíssemos uma gota de combustível no país e importássemos tudo¹⁸. O preço calculado dessa forma, além de afastado da realidade, tem gerado astronômico lucro da Petrobras (em 2022, de R\$ 188 bilhões), incompatível com sua função social de atender ao povo brasileiro que tem sofrido com as altas tarifas de ônibus, ou recorrido à lenha para cozinhar, diante dos absurdos preços do botijão de gás.

Quanto às contas públicas ainda há muitos desafios. Em 2022, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal respondeu por 46,3% de todos os gastos orçamentários¹⁹. O Banco Central apresentou prejuízo recorde de quase R\$ 300 bilhões, apesar de ter recebido R\$ 212 bilhões do Tesouro Nacional.²⁰

¹⁶ Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais – Banco Central do Brasil – 28/2/2023 – Tabela 2, Linha 38. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx. Inclui-se os estados e municípios, dado que grande parte do superávit dos entes federados é destinado para o pagamento de juros e amortizações das dívidas com a União.

¹⁷ Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais – Banco Central do Brasil – 28/2/2023 – Tabela 4, Linha 44. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx

¹⁸ Ver artigo da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), disponível em <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7536-cinco-falacias-sobre-o-preco-paritario-de-importacao-ppi-praticado-pela-direcao-da-petrobras>

¹⁹ Ver artigo disponível em <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/colunistas/2023/02/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

²⁰ Ver artigo disponível em <https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>

O PIB do 4º trimestre de 2022 apresentou variação de -0,2%, resultando em um crescimento de 2,9% no ano passado. O crescimento no ano deu-se com mais intensidade no primeiro semestre, graças ao setor de serviços, ainda impulsionado pela reabertura pós pandemia, e estímulos fiscais e que depois foi gradualmente desacelerando, com os serviços, cerca de 70% do PIB (que cresceram muito com a volta das atividades), e a indústria, cerca de 25% (com as restrições das condições financeiras) perdendo força, enquanto a agricultura, com cerca de 5%, apresentou variação negativa em todos os trimestres (por conta das quebras de safra).

Para 2023 a expectativa é de uma continuidade da desaceleração da economia ao longo do primeiro semestre, especialmente nos serviços e na indústria, com a agricultura voltando a crescer (apesar da menor participação direta o que tem um impacto acentuado na indústria). As projeções do “mercado”, por meio do Boletim FOCUS²¹, estão em torno de 0,85% para o PIB de 2023, mas o FMI prevê 1,2%. Tais previsões são pífiás para uma economia com um PIB comparável ao de 2014, ou seja, de nove anos atrás, após muitos anos de crise fabricada pela política monetária do Banco Central, que com o questionável discurso, conforme argumenta Joseph Stiglitz²², ao invés de controlar inflação, dificulta os investimentos produtivos, ao mesmo tempo em que transfere riquezas da classe trabalhadora para os rentistas da dívida pública.

Diante do novo governo, algumas medidas de transferência de renda e a adoção de programas de investimento poderão acelerar um melhor resultado da economia. Aguardam-se as definições de um arcabouço fiscal com credibilidade e a adoção de estratégias acerca de um “controle” melhor da inflação²³.

A sociedade brasileira continua dividida e polarizada. Além disso, a insegurança da fome abala seus alicerces. Uma parcela significativa do eleitorado (talvez cerca de 20%) consolidou-se em torno de ideais conservadores, quando não claramente reacionários, o que tem estimulado alguns extremismos, como o evento de 8 de janeiro.

Além desse quadro econômico e social, houve um começo de ano com severos e mortais desastres naturais, reflexo do descaso com o meio ambiente e com a Casa Comum, além da completa falta de planejamento urbanístico e social.

O ano de 2023, ainda, recebeu de 2022 e de severos anos com muitos equívocos e políticas estreitas, um Estado brasileiro completamente desorganizado e inorgânico, atingido em políticas públicas essenciais, em um modelo de “terra arrasada” que levará um bom tempo para ter um mínimo de eficiência e efetividade.

4 – Os 90 dias que marcarão o nosso futuro

Como dito, os meses de dezembro de 2022, janeiro e fevereiro de 2023 são um pedaço no tempo que marcará indelevelmente a sua linha. Para além do cronológico, foi uma espécie de *kairós*, em uma conjuntura que se apresentou com diversas e complexas situações logo após as eleições de outubro. Não que as sementes estruturais que estavam no solo brasileiro estivessem adormecidas. Muitas vezes somente não eram apercebidas como fundamentos do que passou a acontecer.

O setor mais reacionário e conformado em uma extrema direita radicalizada, com a derrota de Jair Bolsonaro, passou a adotar um conjunto de estratégias de resistência ante a mudança no poder Executivo. Em um processo de múltiplos atores, quase todos com o

²¹ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em 08 mar 2023.

²² Disponível em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/08/24/altas-excessivas-de-juros-podem-piorar-inflacao-diz-joseph-stiglitz.ghtml>. Acesso em 11 março 2023.

²³ Apesar da data final de 20 de março, o texto foi encerrado na sexta-feira, 17 de março, sem a oficialização da proposta do governo federal para o “arcabouço fiscal”.

mesmo procedimento sob o manto do “bolsonarismo”, foi tentado um “golpe”. O formato foi uma série de atentados contra a legalidade e contra as instituições do país. Atos terroristas, como os ataques em Brasília em 12 de dezembro, e muita agitação nas redes sociais não foram capazes de levantar uma parcela maior da população brasileira. Entretanto, conseguiram mobilizar uma parcela importante, entre crenças e ilusões, de se tentar mudar a realidade eleitoral fora das “quatro linhas da Constituição”, expressão desses setores mais atabalhoados da nossa política.

A contenção de tais iniciativas ilícitas resultou de um mosaico de fatores. No plano internacional a falta de qualquer adesão política a um cenário de mudança por meio de um “autogolpe”, especialmente dos EUA, foi crucial. Da mesma forma, as instituições democráticas, mesmo solapadas, não permitiram que as turbacões de um setor do governo que perdeu as eleições atropelassem o processo eleitoral e seu resultado, especialmente por meio do Poder Judiciário, quase sempre o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, além de várias mobilizações de setores importantes da economia brasileira, das corporações e da sociedade civil. A democracia foi vitoriosa!

Entretanto, mesmo com algumas posições distintas, as Forças Armadas foram palco de tensões que transmitiram uma série de incertezas e que, só foram superadas, pela presença forte de uma hierarquia mais legalista no seio das disputas que se ofereceram a olhos vistos para toda a sociedade. Órgãos de Estado, como as Polícias Militares de muitos Estados e a Polícia Rodoviária Federal, foram cooptados por setores radicalizados entre seus quadros que estiveram no limite da irresponsabilidade.

Foi nesse contexto de ataque e defesa que, muito perto do fim de seu governo, Jair Bolsonaro optou por sair do Brasil, instalando-se na cidade de Orlando, na Flórida (EUA), numa tentativa de reduzir a pressão sobre ele e sua família, após diversas e desastradas iniciativas. Essa ida para o exterior, ainda em dezembro de 2022, além de não cumprir com a tradicional transmissão de cargo entre Presidentes, serviu de cortina de fumaça para que no dia 8 de Janeiro de 2023, domingo, os adeptos mais radicais do “bolsonarismo” pudessem atacar Brasília e os poderes da República em um dos eventos mais deploráveis da história do país.

O domingo do dia 8 de Janeiro (8J) foi o resultado de uma articulação de forças empresariais, financeiras, políticas e sociais. Os extremistas, hoje com uma parcela significativa submetida a processos criminais e sob prisão preventiva em Brasília, destruíram espaços e prédios públicos, com uma fúria inédita e com diversos simbolismos para todo o mundo, e para todos os democratas brasileiros. A reação social e da maioria das autoridades públicas, além das diversas articulações da sociedade brasileira, acabou por inaugurar o ano, num misto de decepção profunda e fortalecimento da democracia.

Se já estava na estratégia do novo governo federal fortalecer a frente ampla que o levou à vitória, acabou-se por se ter a construção de uma amplíssima correlação de forças políticas, com partidos políticos que não estavam articulados em 2022, como o União Brasil (resultado da fusão do PSL com o PFL). Tal movimento aumentou as condições mínimas de governabilidade, em nossa gramática política ultraconsensual, mas que criou diversas disputas internas que nos permitem afirmar: o governo Lula está posto, mas ainda não está composto! Apesar dos múltiplos esforços de articulação política, a relação executivo-legislativo padece de maior compactação e deixa a pauta política sob o controle dos comandantes das casas de um Congresso Nacional em que não tem maioria. Artur Lira na Câmara dos Deputados, e Rodrigo Pacheco, no Senado Federal, ambos reeleitos com apoio e trabalho duro de Lula e seu arco de alianças, detêm muita força, junto com seus correligionários e parceiros políticos.

O primeiro teste dessa “governabilidade” foi a PEC da Transição, promulgada pelo Congresso ainda em dezembro de 2022, com R\$ 145 bilhões de reais e duração de 1

ano. Ele teve o luxuoso auxílio do Supremo Tribunal Federal, que decidiu tornar inconstitucional as emendas de relator, mais conhecidas como “orçamento secreto” e a determinação de retirada do benefício social do teto dos gastos. A exclusão do benefício do teto e a aprovação da PEC asseguraram o uso de recursos para outras despesas.

Mas foi na posse de 1º de janeiro, ante a ausência de Bolsonaro, que o atual governo ofereceu ao Brasil e ao mundo, um grande simbolismo quando escolheu dar um caráter popular, com a presença de representantes da sociedade brasileira, em especial homens e mulheres carregados de histórias e lutas, como o líder indígena Ropni Metytire, conhecido como cacique Raoni, do povo *Mêbêngôkre-Kayapó* da Amazônia.

Evidente que a mudança de governo trouxe outras relações entre o Estado e a sociedade e oferece novas perspectivas. Temas como a situação dos indígenas, como o genocídio dos *Yanomamis*, a severa repulsa à mineração ilegal nas demais terras indígenas, a reação pronta e sem preconceitos com outras lideranças políticas frente à calamidade das extremas chuvas de verão no litoral de São Paulo, além do combate à política de juros altos praticada pelo Banco Central, sem justifica técnica que se sustente. Entretanto, em outras áreas, ainda sem muita clareza acerca dos rumos, o governo federal tem esbarado em sua própria dificuldade de responder aos desafios.

O Brasil, com o novo governo, está em outra condição frente às relações internacionais, com diversas ações mundiais (como a questão da guerra na Ucrânia) e regionais, como a rearticulação de fóruns regionais e disputadíssimas agendas bilaterais e multilaterais.

Nesse quadro, um tema relevante se dá no contexto das relações dos poderes com o Judiciário. Importante ator político, o Poder Judiciário vem constituindo-se decisivo em muitos temas. Com a renovação de parte do Supremo Tribunal Federal (2 vagas em 2023), a indicação de novos ministros do Superior Tribunal de Justiça e de novos desembargadores nos Tribunais Federais espalhados pelo Brasil, tanto Lula como o Senado ganharam uma oportunidade de discutir tais composições.

8

5 – Desarmamento e cultura da paz

Uma das ações imediatas do novo governo empossado em 1º de janeiro diz respeito ao enfrentamento à política de incentivo ao armamento da população, priorizada durante o governo Bolsonaro. Durante os quatro anos de mandato do ex-presidente, foram concedidos 904 mil novos registros de armas para caçadores, atiradores e colecionadores (CACs).²⁴

Segundo dados obtidos pelo portal G1, via Lei de Acesso à informação “o número de pessoas com certificado de CAC deu um salto no governo Bolsonaro. Cresceu 474%, tendo como referência as informações do Anuário de Segurança Pública, que considera licenças para atividades de caçador, atirador desportivo e colecionador concedidas até 1º de julho de 2022. O número de pessoas com registro de CAC passou de 117,5 mil em 2018, antes de Bolsonaro assumir, para 673,8 mil”. Foram 904.858 novas armas para caçadores, atiradores e colecionadores de 2019 até 2022.

Importante recordar que em seu mandato, Bolsonaro editou decretos que facilitaram o acesso a armas, inclusive as de grosso calibre e uso restrito, como fuzis, com critérios menos rígidos para posse e aquisição, bem como maior limite de munições disponíveis por ano para CACs.

²⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml>. Acesso em 07 mar 2023.

Em setembro de 2022, um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que o país poderia ter evitado 6.379 homicídios, entre 2019 e 2021, se o governo federal não tivesse flexibilizado o uso de armas.²⁵

Junto a isso, o estudo também revela que a criminalidade cresce 1,2% — em latrocínio (roubo seguido de morte) — a cada 1% a mais de pessoas armadas. Já a cada 1% de aumento de armas, a taxa de homicídio cresce 1,1%.

Recentemente, outra pesquisa do Fórum, divulgada em março deste ano, aponta que “mais de 5% das mulheres acima de 16 anos, no país – o equivalente a 3 milhões de pessoas – sofreram ameaças com faca ou arma de fogo no Brasil. A pesquisa intitulada “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil” mostra preocupação a incidência do uso de ameaças com arma de fogo teve crescimento se comparado com 2020, quando a pesquisa indicou 2,1 milhões de mulheres nessa situação.²⁶

O número de armas em mãos civis, no Brasil, beira 2 milhões — 1,2 milhão a mais nos três últimos anos, segundo levantamento dos institutos Sou da Paz e Igarapé. A quantidade, por si só, põe em risco a sociedade. Para as brasileiras, a ameaça é maior. Nas estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 29% dos feminicídios e dois terços dos assassinatos de mulheres são cometidos com armas de fogo.²⁷

No dia de sua posse, Lula anunciou a revogação imediata de medidas adotadas pela administração anterior, como os decretos que ampliaram o porte de armas. Todas as armas de uso permitido e de uso restrito deverão ser cadastradas no Sistema Nacional de Armas (SINARM) da Polícia Federal. O cadastramento deverá ser feito em até 60 dias contados de 1º de fevereiro de 2023. A nova portaria diz ainda que, durante o período para cadastramento, se os proprietários não quiserem mais manter a propriedade de armas, poderão entregá-las em um posto de coleta da campanha de desarmamento.

O Decreto 11.366/23, de 1º de janeiro de 2023, determina, entre outros pontos: (i) a suspensão dos registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares; (ii) a restrição dos quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido; (iii) a suspensão da concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro; e (iv) a suspensão da concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores.

Os CACs são os principais atingidos. Durante o governo Bolsonaro eles podiam ter até 60 armas, sendo 30 de uso restrito e 30 de uso permitido (art. 3º do Decreto 9.846/19). Também era possível adquirir anualmente até 1.000 munições para cada arma de uso restrito e 5.000 munições para cada arma de uso permitido, totalizando até 180.000 mil munições para cada caçador ou atirador (art. 4º, § 1º, do Decreto 9.846/19).²⁸

Mas, segundo o Estadão, aliados do ex-presidente Bolsonaro fazem investida no Congresso contra o que chamam de “revogaço” antiarmas do governo Lula. Desde o dia 3 de janeiro, 17 projetos de lei ou de decreto legislativo já foram apresentados por 34 deputados e dois senadores com o objetivo de sustar as mudanças em vigor e retomar a política de facilitação de posse e porte de armas de fogo. O movimento se repete nos

²⁵ Veja em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/sem-liberacao-de-armas-brasil-teria-quase-seis-mortes-a-menos-por-dia-revela-estudo.ghtml>. Acesso em 07 mar 2023.

²⁶ Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/cresce-taxa-de-mulheres-ameacadas-com-armas-de-fogo-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 07 mar 2023.

²⁷ Veja em: <https://www.geledes.org.br/liberacao-de-armas-e-risco-comprovado-para-mulheres/>. Acesso em 07 mar 2023.

²⁸ Leia em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379819/novo-decreto-de-armas-do-governo-lula>. Acesso em 07 mar 2023.

Estados.²⁹ Por outro lado, o STF acabou de aprovar, por 10 votos a 1, suspensão de todos os processos contrários ao Decreto 11.366/23, considerando-o constitucional³⁰.

6 – Sinais dos tempos

Há sinais dos tempos. Alguns são de esperança. Outros caracterizam o mais do mesmo que vivemos no passado recente.

O diálogo do governo federal com os outros entes federativos tem demonstrado resultados importantes para a virada de parte da política que estamos assistindo. É importante constatar que pessoas de lados e ideologias diferentes podem trabalhar juntos por soluções e iniciativas que venham superar crises humanitárias, como ocorreu diante das chuvas extremas em São Paulo.

O protagonismo dos movimentos sociais e o respeito aos conselhos de controle social, reativando espaços necessários e constitucionais de resolução e aprovação de medidas previstas na Constituição, como a recomposição da Comissão de Anistia, com membros comprometidos com a agenda da justiça de transição, apontam para a superação de um período de negacionismos sobre a história dos fatos que ocorreram na ditadura civil-militar brasileira.

O Brasil retomou o multilateralismo nas relações internacionais, isso implica nova agenda de diálogo em defesa do meio ambiente, economia global e sobre os conflitos, como a guerra da Ucrânia ou a situação de tensões regionais como a que acomete a América Latina.

A prisão de centenas de pessoas que invadiram a sede dos três poderes representa uma mudança de chave diante da impunidade pós-redemocratização. Muitos que incentivaram, financiaram e atuaram na linha de frente da tentativa de golpe do 8 de Janeiro, estão presos ou sendo investigados. As ações visam atender tanto na esfera penal, como na indenização das perdas materiais fruto da depredação do patrimônio público. A prova que o agir rápido e com os instrumentos do devido processo legal, é o recuo dos acampamentos e atos antidemocráticos. O que não significa que o país não esteja dividido, como já afirmamos.

Pela primeira vez, um presidente da República fez declarações tão objetivas e de forma crítica ao setor financeiro, no sentido de que não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros, e que devemos priorizar o pagamento da dívida social³¹. Em relação à Taxa de Juros (Selic), também declarou que “*Não existe justificativa para que esteja a 13,75%*”³², tendo inclusive citado que “*Não tem inflação de demanda neste País*”, desmontando a falsa justificativa para a taxa mantida pelo Banco Central.

Para que estas falas se traduzam em resultados efetivos, é preciso que a sociedade esteja consciente acerca da efetiva possibilidade de limitar os juros no Brasil, tal como já ocorre em 76 países, como informado pelo Banco Central. Nesse sentido, é importante difundir a iniciativa legislativa desenvolvida no âmbito do Observatório de Finanças da CBJP, juntamente com diversas entidades da sociedade civil, que foi apresentada ao Congresso Nacional e já se tornou projeto de lei complementar PLP 104/2022³³. A

29 Veja em: <https://www.estadao.com.br/politica/aliados-de-bolsonaro-fazem-investida-no-congresso-contrarevogaco-de-lula-antiarmas/>. Acesso em 07 mar 2023.

³⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/stf-mantem-suspensao-de-acoas-que-contestam-decreto-sobre-armas>. Acesso em 11 março 2023.

³¹ Ver <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-afirma-que-nao-vai-guardar-dinheiro-para-pagar-juros-aos-banqueiros/>

³² Ver <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/02/lula-critica-juro-alto-nao-existe-justificativa-para-que-esteja-a-1375percent-ao-ano.ghtml>

³³ <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

limitação dos juros é uma medida que significará grandes avanços econômicos e viabilizará mais justiça social neste país.

Não há como negar que o discurso retrógrado, em termos sociais, culturais, políticos e históricos, do governo anterior saiu do centro da mídia, apesar de se manter claramente latente na sociedade brasileira e deu lugar a preocupações e denúncias mais progressistas em prol da maioria da população, especialmente da mais vulnerável, que representa parcela substancial do total. Com estas mudanças, o isolamento internacional provocado pelo discurso e prática do governo anterior cedeu espaço para maior reintegração ao resto do mundo, mesmo de uma maneira um tanto incerta, ao se colocar em linha aos valores mais desejados nos tempos atuais, como a revalorização do meio ambiente, o questionamento ao rentismo, os princípios democráticos e republicanos, de manter o equilíbrio entre os poderes e a busca da retomada do pacto federativo.

Há, ainda, uma reorganização de diversos movimentos populares e sociais, em outra conjuntura de relacionamento com o Estado. Abril próximo terá um conjunto de mobilizações em Brasília, como o Acampamento Terra Livre, do movimento indígena, ou ainda a presença de grupos organizados em torno dos direitos e das políticas públicas.

A própria Igreja Católica do Brasil, por meio da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB, corajosamente realiza a Campanha da Fraternidade de 2023, com o tema “Fraternidade e Fome”, com o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14,16). Aliás, já é a terceira vez que se trata desta realidade da fome numa Campanha da Fraternidade: 1975, 1985 e 2023. Nesses tempos, o mais importante sinal é uma ação que una a todos.